

A CATEGORIA GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E SUA INTERDISCIPLINARIDADE

Berlindes Astrid Küchemann¹

Lourdes M. Bandeira²

Tânia Mara C. Almeida³

Resumo

Este artigo traz como eixo central o desenvolvimento histórico da categoria gênero nas ciências sociais a partir das lutas e dos avanços dos movimentos feministas e de diferentes contextos acadêmicos, especialmente no Brasil e na Universidade de Brasília (UnB). Busca identificar as concepções e as práticas correlatas a esse percurso histórico, como a passagem dos *estudos sobre mulheres* para os interesses investigativos voltados às questões de gênero. Discute os impactos positivos e profundamente transformadores que a inclusão do “gênero” vem acarretando à teoria social e ao campo científico. Por fim, aborda as articulações de “gênero” com demais categorias, como identidade sexual, subjetividade, raça/etnia e classe social, bem como seu caráter transversal intrínseco e sua grande aplicabilidade em políticas públicas.

Palavras-chave: Gênero. Ciências sociais. Teoria social. Políticas públicas.

Abstract

This article presents the historical development of the gender category in social sciences as a key pillar departing from the struggles and progress of feminist movements and from different academic contexts, especially in Brazil and at the University of Brasília. It seeks to identify the concepts and practices related to this historical path such as the passage from Women's Studies to the investigative interest on gender issues. It discusses the positive and deeply transformational impacts that the inclusion of “gender” brings to the social theory and the scientific field. Finally, it addresses

- 1 Doutorado em Ciências Sociais na Universidade de Bielefeld/Alemanha e Pós-doutorado na Universidade de Frankfurt/Alemanha. Professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Desenvolve pesquisas sobre gênero, trabalho, saúde, meio ambiente e ecologia. Tem artigos publicados em livros e periódicos nacionais e internacionais na área de relações sociais de gênero.
- 2 Doutora em Antropologia na Université René Descartes, Paris V. Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. Professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e integrante do NEPeM. Pq-1 do CNPq. Desenvolve pesquisas no tema de políticas públicas voltadas às práticas de combate à violência de gênero e conflitos interpessoais. Autora de vários artigos, orientações de dissertações e teses na área das relações sociais de gênero.
- 3 Graduada em Ciências Sociais (UFJF), mestre e doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado em Psicologia Social (EHESS/França). Professora adjunta do Departamento de Sociologia e coordenadora do NEPeM (UnB). Possui várias publicações, orientações de monografias e dissertações sobre gênero. Atualmente coordena a pesquisa “Trabalhadoras invisibilizadas – trabalho, cidadania, saúde, educação e violência” (CNPq).

the associations of “gender” with other categories such as sexual identity, subjectivity, race/ethnicity and social class as well as its intrinsic crosscutting character and its wide application in public policies.

Keywords: Gender. Social sciences. Social theory. Public policies.

O que quer dizer “gênero”?

Com o advento das ciências sociais, a ideia sobre o ser humano deixou de centrar-se na noção de indivíduo determinado pela biologia passando à noção do ser humano constituído pela posição que ocupa em um quadro de relações sociais estabelecidas com base na cultura e na história. Contudo, um aspecto que não sofreu alteração até pouco tempo foi o de que esse ser humano, como categoria universal de indivíduo, é referenciado pelo sexo masculino gerado na Modernidade. Os/as cientistas sociais voltaram sua atenção para categorias sociais diversas, como aquelas que resultaram da experiência social realizada na produção econômica, na vinculação à classe social, à cultura, na inserção religiosa e na nacionalidade. Ao mesmo tempo, não se ocuparam das definidas pela experiência histórica e social pautadas pelas diferenças sexuais – seja como construção organizadora de modos de ser e modelos de comportamentos, seja como variável de pertencimento dos sujeitos, uma vez que as reflexões acerca dos indivíduos do sexo masculino em idade produtiva, brancos, burgueses e heterossexuais eram generalizadas a todos/as (HURTIG; PICHEVIN, 1986).

Como se sabe, nas sociedades ocidentais secularmente os seres humanos são distribuídos, desde seu nascimento, em duas categorias: homens e mulheres, atribuindo-lhes estatutos sociais, culturais, econômicos e jurídicos desiguais e complementares. Por sua vez, os homens e as mulheres, como fenômenos empíricos resultam de classificações que garantem o próprio sistema da reprodução dessas mesmas sociedades. No geral, essas classificações sociais são justificadas pelos efeitos que causam no ordenamento social.

O conceito “gênero” foi “importado” do campo linguístico da literatura inglesa, que diferentemente de outras tradições e influências intelectuais de estudos acadêmicos sobre as mulheres – como a francesa, que, preferencialmente, se utiliza da categoria “relações sociais de sexo” (KERGOAT, 1992) – foi de imediato incorporado no campo das ciências sociais no Brasil a partir de meados dos anos 1980. Constituiu-se em uma categoria conceitual de ordenamento conceitual como também referencia a formulação de políticas públicas destinadas às mulheres (GROSSI, 2010).

Gênero, então, emergiu na academia como uma categoria para se falar sobre essa dimensão da vivência humana não reconhecida nas ciências sociais

e humanas após diversas pressões dos movimentos feministas e de mulheres em diferentes sociedades. Várias foram as abordagens e os entendimentos a ela associados, tantos que Louis (2006) chega a um número incontável de significados que lhe são atualmente atribuídos e afirma, portanto, não se tratar de um conceito único. Sua inteligibilidade e usos estão associados a campos teóricos e políticos específicos, o que permite determinadas análises e aplicações do significado do termo ao se eleger uma perspectiva. Na verdade, a própria categoria insere-se em um jogo de forças entre tradições acadêmicas e políticas que visam a legitimar, cada uma, suas respectivas definições.

Assim, o conceito de gênero pode ser visto como uma categoria de análise que agrega em uma única palavra um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos econômicos e psicológicos. Este responde às características de pertencimento dos seres humanos a um ou a outro sexo. Todo conceito no domínio das ciências sociais não tem sentido unívoco, uma vez que pode ter vários significados em relação ao fenômeno ao qual está sendo analisado: sexualização de comportamentos, construções identitárias, relações desiguais/assimétricas, dentre outros. É importante assinalar que *gênero* é uma categoria de análise e não de senso comum.

Portanto, o conceito de gênero constitui-se em uma ferramenta analítica que nos indica haver a *dimensão do social* nos fenômenos que nos parecem naturais. Mais precisamente, evidencia uma das estratégias de poder que consiste em naturalizar as relações sociais no intento de mascarar as relações de poder subjacentes. O conceito de gênero questiona os fenômenos que são percebidos (ou tidos) como naturais sob a ótica segundo a qual toda a produção do conhecimento é permeada por relações de poder (HARDING, 1996).

Neste capítulo, *Grosso modo*, “gênero” refere-se a relações culturais e de poder que, inicialmente, foram focadas entre homens e mulheres e que passaram a se estender a distintos grupos sociais. Refere-se também às relações sociais que estruturam toda cena social apresentada como uma expressiva metáfora das formas de subordinação, das disposições hierárquicas, das situações de dominação e sujeição, estando elas baseadas nas diferenças sexuais, étnico-raciais, regionais ou em qualquer outra. Afinal, “gênero” perpassa e funda originariamente toda a gama de estruturas, identidades sociais e subjetividades individuais. Por conseguinte, a seguir são recuperados os antecedentes do termo, tanto na linha do tempo das dinâmicas de movimentos sociais e de feminismo como de dinâmicas acadêmicas gerais e, particularmente, no Brasil. Em seguida, o capítulo dedica-se à compreensão da participação da categoria “gênero” na elaboração de teorias sociais, sua transversalidade e sua aplicação geral em políticas públicas.

A construção do campo dos estudos de gênero

Mobilização do feminismo e as formulações do sistema sexo/gênero

Foi preciso a mobilização dos movimentos feministas e de mulheres no final dos anos 1960 e início dos 1970 para se explicitar que a condição de sexo é fator estruturante dos processos de percepção, ação e explicação da realidade social, bem como da identidade social e da discriminação inter e intragrupos. O peso da história das relações entre homens e mulheres, das construções que definem o masculino e o feminino e a maneira como elas interferem na vida cotidiana e na organização social são algumas das razões que conferem ao gênero um estatuto empírico e analítico que ultrapassa os quadros dos modelos estabelecidos e as fronteiras disciplinares.

As proposições teóricas produzidas pelas ciências sociais contribuíram decisivamente para a disseminação da importância que a categoria “gênero” adquiriu ao longo do tempo e em diversos nichos de saber. No entanto, há de se levar em conta o fato de tais proposições terem sido respostas à demanda dos movimentos feministas e de mulheres de se fazer a crítica a uma visão essencialista, isto é, de desnaturalizar a condição feminina de uma dita determinação biológica com intenção prática e política. Logo, essa marca originária deve estar sempre presente nas perspectivas acadêmicas para que, de fato, se esteja utilizando gênero em sua concepção mais produtiva.

Do século XIX até aproximadamente meados do século XX, teria dominado uma pseudoteoria da igualdade, uma vez que as mulheres eram silenciadas na história e seus corpos foram subjugados (PERROT, 2005). Por meio dessa pseudoteoria, defendia-se a noção de um sujeito universal, cujos pensamentos contestadores se preocupavam em superar distinções de classe social, mas não de sexo. A partir dos anos 1960, com a revitalização do(s) feminismo(s), associado(s) entre outras a mudanças cruciais do comportamento reprodutivo humano, percebe-se uma tentativa de busca e afirmação de uma identidade própria à mulher. Naquele momento, as distinções entre “sexo e gênero” começavam a fazer sentido, passando a ser consideradas justapostas ao binômio “natureza e cultura”. Sexo, então, tornou-se o plano da natureza, sendo-lhe atribuídas as características tidas como inatas dos seres humanos (fatos congênitos, constantes, imutáveis, por exemplo: ser fêmea ou macho). Por sua vez, gênero associou-se ao plano da cultura, equivalendo-se aos fatos construídos, adquiridos, mutáveis. A denominação de mulheres e homens, portanto, corresponderia à dimensão cultural, plural, apreendida e variável de cada um/a de nós.

Na fase de afirmação do(s) feminismo(s), tentou-se elucidar, compreender e construir o que seria uma “identidade feminina” oposta à outra

“masculina”, considerando a categoria “mulher” no singular e no maiúsculo. A ideia de “diferença” adotada na época tinha um caráter binário e produtor de dicotomias. Mulheres foram consideradas diferentes dos homens e, mesmo, seus opostos – não mais como outros excluídos. Elas se tornaram indivíduos diferenciados, que deviam ser incorporados ao modelo analítico das teorias sociais a partir da(s) sua(s) diferença(s) em si, e não a partir das suas semelhanças aos homens.

Ao longo dos últimos trinta anos, a categoria gênero vem sendo utilizada com o propósito de desfazer a ligação entre as mulheres e a dita natureza e, assim, viabilizar, simbólica e praticamente, a equidade entre elas e os homens. Gênero é, principalmente, uma palavra politizada, um instrumento para produzir efeitos na sociedade, como afirma Suárez (2000). Porém, a condição de gênero também se constitui em uma ferramenta de grande utilidade para delimitar objetos de pesquisa e analisar as diversas situações sociais, em especial aquelas de opressão entre os grupos sociais e no seu interior. Além de ser um instrumento desconstrutivo, gênero é uma categoria que serve para distinguir, classificar e descrever as dinâmicas e as cenas sociais (sua utilização empírica), bem como é útil para analisar e explicar as relações que se estabelecem intra e intergrupos.

Nos anos 1970, publicaram-se vários trabalhos nas ciências sociais que examinavam a ligação existente entre a naturalização das mulheres e seu baixo prestígio social em relação aos homens. Um desses trabalhos foi a obra de Sherry Ortner (1979), que defendia a ideia de que, em razão do maior envolvimento do corpo feminino com a função reprodutiva, as mulheres seriam percebidas como sujeitos menos culturais que os homens e, portanto, com reduzida capacidade de transcender suas restrições biológicas, ou seja, na dicotomia “natureza X cultura” e, evidentemente, nos significados atribuídos aos dois polos encontrou-se o modelo para tornar inteligíveis as diferenças sexuais e legitimar as desigualdades entre homens e mulheres (SUÁREZ, 2000).

Se o problema se encontrava nos significados atribuídos aos sexos, seria necessário criar uma palavra que expressasse o fato de as pessoas não possuírem apenas genitálias de macho e fêmea, mas significados socioculturais. Como subversão, então, a esse modelo dicotômico, matriz do pensamento dominante no senso comum e nos meios científicos, propôs-se o sistema sexo/gênero, que passou a designar a construção social da feminilidade e da masculinidade, do ser mulher(es) e homem(ns).

A partir da segunda metade da década de 1970, o termo gênero surge com Gayle Rubin (1975) como a contrapartida cultural do sexo biológico, só que ainda se baseia no par “cultura X natureza”. Então, sexo passa a ser usado apenas para falar de diferenças biológicas entre machos e fêmeas, enquanto

gênero faz referência às estruturas e às representações sociais, culturais e psicológicas que se impõem a tais diferenças.

Vale destacar a força com que os movimentos feministas foram capazes de imprimir mudanças importantes na vida de mulheres e homens e têm sido objeto de estudos e de uma vasta gama de instrumentos de análise e divulgação. Para além das controvérsias internas ao pensamento feminista, vale destacar a questão da fundação de um campo de pesquisa, cujo desdobramento se apoia na categoria gênero e a partir do qual se destacam alguns elementos fundamentais: a) a análise crítica da ideia de natureza e a naturalização como ideologia; b) análise crítica da identidade feminina; c) constatação das assimetrias sexuais e da universalização da dominação; d) ausência do reconhecimento da inserção das mulheres nas dinâmicas sociais, isto é, como partícipes ativas da história, revelando a distribuição desigual de poder entre homens e mulheres.

História do feminismo no Brasil e seus impactos na apropriação acadêmica da categoria gênero

As mulheres brasileiras iniciaram sua militância feminista em dois contextos históricos diversos e bastante significativos que, em determinado momento, se entrecruzaram: as pioneiras, conhecidas como as sufragistas, iniciaram a militância nas primeiras décadas do século XX, na luta pela emancipação mediante o direito ao voto e que partir de 1945 também lutaram pelo acesso à escola e ao mercado de trabalho. As sufragistas tiveram em Bertha Lutz a grande liderança. As segundas feministas iniciaram o ativismo político e intelectual nos anos 1970, período em que se configurou a chamada “segunda onda” do movimento feminista nacional (BANDEIRA; MELO, 2010). Da mobilização feminista, sobretudo nos meios acadêmicos, com a criação de núcleos de estudos e de pesquisas nas universidades, os estudos feministas foram se integrando na dinâmica das comunidades acadêmicas, assegurando em boa medida seu reconhecimento e institucionalidade em relação aos profissionais das ciências sociais (HEILBORN; SORJ, 1999).

O campo de estudos de gênero emergiu a partir da influência de dois grandes *loci*: a influência das acadêmicas feministas americanas (*women's studies*), que tanto movimentaram o campo conceitual em que se situavam as questões do feminismo como impulsionaram a criação de novos cursos universitários e instigaram a reflexão sobre a experiência das mulheres e as aspirações feministas. Outra influência deveu-se ao pensamento feminista francês, que, embora ainda muito influenciado pelas ideias marxistas dominantes, conseguiu redimensionar as classes de sexo, deslocando o entendimento da categoria “sexo” de uma leitura apenas biológica. A exemplo, Mathieu (1991) não fala de gênero, mas utiliza outros conceitos próximos, “*sexe social*” ou “*système social des sexes*”, com o intento de descaracterizar a hegemonia do

biológico, acompanhando-o do adjetivo *social*, que significa que o domínio do social é que se constitui objeto da investigação, criando, com isso, outro campo cognitivo.

Os estudos de gênero ou de relações de gênero, historicamente, foram impulsionados pelos diálogos estabelecidos entre as acadêmicas com o pensamento feminista militante, assim como o já estabelecido nas universidades e nos núcleos de pesquisa brasileiros. Vale salientar que houve uma transição dos nominados “estudos sobre a mulher”, que pautava os debates no final dos anos 1960 e serviam como demarcadores dessa nova área de pesquisa. Estes denunciavam a situação de subordinação/opressão/dominação a que as mulheres estavam submetidas (HEILBORN; SORJ, 1999). A partir dos anos 1980 observa-se um deslocamento da categoria empírico-descritiva “mulher” para a categoria “gênero” como uma categoria analítica. Esta representa não apenas a construção de um novo conceito, mas de uma nova área de estudos e pesquisas.

A militância feminista contou com o apoio das acadêmicas, embora isso não lhe tenha conferido uma homogeneidade. Ao contrário, a complexidade do pensamento feminista expressou-se pelos deslocamentos empíricos e analíticos que foram operados ao longo de sua curta história. Há ausência de uma unidade analítica e metodológica, dada sua pluralidade de enfoque, o que acarretou talvez mais benefícios do que danos, na medida em que articulou, derivou e possibilitou um conjunto de articulações-nominações, tais como: estudo sobre as mulheres, estudos feministas, estudos de gênero, estudos culturais, transversalidade de gênero, políticas públicas de gênero. Todos esses desmembramentos revelam um movimento vigoroso e uma dinâmica impressionante do pensamento feminista brasileiro.

Enfim, das mudanças ocorridas nas últimas décadas derivou um campo de investigação que compreende os estudos acadêmicos sobre as mulheres e as relações de gênero (MACHADO, 2000; 2003; SORJ, 2004), assim como se estabeleceu um campo institucional, com representação dos “interesses das mulheres” no Estado, quando se fundou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985. O fomento às políticas públicas ocorreu de forma intensa a partir de 2003 com a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), cuja finalidade é “estabelecer políticas públicas que contribuam para a melhoria da vida de todas as brasileiras” e postula que “trabalha com as mulheres, para as mulheres e pelas mulheres”.

Os estudos de gênero na Universidade de Brasília (UnB)

Os estudos sobre a questão das mulheres na UnB se iniciaram, formalmente, com a criação em 1986 do Núcleo de Estudos e de Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM), vinculado ao Centro de Estudos Multidisciplinares (Ceam)

e integrado à dinâmica da comunidade acadêmica. Seu objetivo principal era pesquisar a condição de vida das mulheres sob um olhar interdisciplinar, também denominado *estudos sobre a mulher*, bem como se articular com o movimento feminista e de mulheres existente no Distrito Federal (DF). Para tanto, reuniu-se um grupo de professoras de diferentes Departamentos (Sociologia, Antropologia, História, Letras, Artes, entre outros).

Embora o NEPeM se constituísse em uma unidade acadêmica de pesquisa, suas atividades iniciais estiveram vinculadas às agendas e às questões centrais pautadas pelo movimento feminista nacional daquele momento, cujo substrato, em que se ancoravam suas diferentes tendências internas, era no sentido de buscar a defesa da igualdade das mulheres, opondo-se às formas de opressão, dominação e hierarquia entre os sexos. Uma das bandeiras de maior luta foi o combate à violência contra a mulher. Vale enfatizar que os diálogos entre as pesquisadoras e as militantes feministas foram desafiadores, tanto no DF como em outras regiões, pois nem sempre as convergências na esfera acadêmica com as práticas políticas das feministas caminharam na mesma direção.

Sem embargo, a atuação das professoras/pesquisadoras que atuavam no NEPeM centrou-se em trabalhar com base em alguns ideários, sobretudo abrindo um campo de debate por meio de palestras, seminários, cursos de extensão e grupos de pesquisa. Esses ideários eram: o reconhecimento de que a condição feminina é socialmente construída e, portanto, passível de ser contestada, reconstruída e ressignificada; a questão da tradicional divisão sexual do trabalho e as consequentes bipolaridades (produção x reprodução – espaço público x espaço privado); a transformação das mulheres em sujeitos políticos; a identificação e a reflexão sobre as diversas formas de desigualdades que caracterizam as mulheres (raciais, geracionais, regionais, etc.).

As atividades do NEPeM concentraram-se na realização de pesquisas durante a década de 1990. Foram desenvolvidos vários projetos com financiamento de diferentes agências (CNPq, Ford, Secretaria de Segurança do DF), sendo o de maior fôlego o que resultou na publicação do livro *Gênero, violência e crime no Distrito Federal*, pela Editora Universidade de Brasília em 1999. Uma característica do NEPeM foi, desde a origem, o engajamento de estudantes de graduação como bolsistas de iniciação científica. Esse procedimento teve várias repercussões, das quais se destacam a expansão do ideário feminista e a formação de gerações que incorporou esse novo olhar. Nos anos 1990 iniciou-se também a oferta das primeiras disciplinas na área como optativas e substituíram-se os estudos sobre a mulher pelos de relações de gênero nos cursos de pós-graduação, sobretudo nos Departamentos de Sociologia, Antropologia e de História. Anos depois, a iniciativa foi seguida pela Psicologia, pelo Serviço Social, pela Ciência Política, pelas Letras e pela Pedagogia.

Recentemente, a regularidade dessas disciplinas, ainda optativas, nos cursos em Ciências Sociais veio a ocorrer, gerando resultados positivos, não apenas porque se ofereceu um quadro rico e denso de interpretações sociológicas e culturais das dinâmicas sociais intra e intergêneros, mas porque se estimulou os/as estudantes a se debruçarem sobre essa temática em suas monografias, dissertações e teses e em suas atuações diretas na sociedade.

Esse cenário contribuiu para a canalização da presença das professoras e das/os estudantes em eventos nacionais e internacionais relacionados à questão, sobretudo nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de História (ANPHU). Um dos avanços significativos foi a sistematização da área dos estudos de gênero, não apenas porque recolocava a dimensão interdisciplinar das questões focalizadas, mas sobretudo pela possibilidade de abertura para a emergência de novos programas de investigação científica, instrumentos conceituais e parâmetros de intervenção social.

A expansão também ocorreu internamente nos Departamentos, ao serem criadas linhas de pesquisa na área das relações de gênero formalizadas na Coordenação de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e nos grupos de pesquisa vinculados ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), assim como vaga para docente especialista no tema, tal qual a iniciativa inédita no país do Departamento de Sociologia com concurso para a cadeira “Sociologia do Gênero” em 2009. Ao mesmo tempo, os estudos de gênero alargaram os horizontes conceituais da teoria social, potencializando o pensamento sociológico em diferentes desdobramentos e vertentes teóricas, como se mostrará detalhadamente no item seguinte. Tamanho alargamento tem trazido repercussões diversas: se, por um lado, foi necessário repensar as bases convencionais da produção do conhecimento nas ciências sociais, com destaque para o saber sociológico (com novos enfoques, novas estratégias metodológicas, novas relações entre pesquisador/a e pesquisado/a), por outro, possibilitou a formação de gerações de estudantes graduados e pós-graduados por esses paradigmas e perspectivas transformadoras, os quais hoje se inserem em atividades docentes e científicas, em Organizações Não Governamentais (ONGs), na gestão pública e na formulação de políticas nacionais, regionais e locais destinadas às mulheres e a outros grupos minoritários pelo viés de gênero.

Por fim, destaca-se o pioneirismo da criação da área de concentração *Estudos Feministas e Gênero* no Programa de Pós-Graduação em História (mestrado e doutorado), com a linha de pesquisa *Epistemologia Feminista e História das Mulheres*, em 2004, cuja importância foi fundamental para tirar as mulheres “[...] das zonas mudas, e no que se refere ao passado, do oceano de silêncios [...] das ausências nos relatos das histórias, que por séculos esqueceram as

mulheres” (PERROT, 2005). Além disso, destaca-se hoje o alto número de publicações de natureza variada (livros, artigos, capítulos de livros, relatórios, artigos de jornais e revistas) produzido na UnB e as várias iniciativas, acadêmicas e/ou de ação na comunidade universitária e na comunidade em geral, de se pensar sobre a condição de gênero dos mais diversos grupos sociais e de se fazer avançar seus direitos e o reconhecimento de suas alteridades. Muitas dessas iniciativas possuem subsídio financeiro de agências de fomento à pesquisa, de organismos internacionais e instituições governamentais, além de contarem com permanente diálogo entre a universidade, o Estado e a sociedade civil.

Gênero e a teoria social

É importante ressaltar que a desconstrução do determinismo biológico para se compreender e legitimar a vida social teve efeitos substanciais em diversas áreas de conhecimento, na medida em que estimulou a reflexão e fez aparecer problemas nas teorias clássicas. Esse exercício constante de revisar o próprio pensamento, levando-o às suas limitações, também fez da matriz sexo/gênero seu alvo de críticas. Vale destacar que o processo de conhecimento é dinâmico e histórico e, nesse sentido, todas as transformações sociais que ocorreram no mundo ocidental a partir dos anos 1960 impuseram mudanças nos paradigmas de construção da ciência, fazendo emergir vozes de novos sujeitos sociais, dentre eles as mulheres.

Todas essas rupturas se deram ao mesmo tempo em que novas teorias se construíam em um contexto que lhes foi propício e contíguo com os “novos movimentos sociais”. Portanto, é sempre bom lembrar que, da consolidação do campo de estudos “sobre mulheres” – como eram denominados naquele período, os estudos de gênero emergem paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-1968 e nos Estados Unidos.

O que caracteriza o uso da categoria “gênero” é seu caráter relacional, transversal e variável. Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança (SCOTT, 1989, p. 23).

O ponto mais inconsistente da categoria “gênero”, tal qual foi apropriado e difundido inicialmente, encontra-se fundamentalmente na argumentação de que a distinção entre a natureza e a cultura não é dada espontaneamente e, portanto, não pode ser considerada universal. Tal dicotomia tem funções cognitivas de enormes benefícios, juntamente com as funções de domínio e de poder, tornando-se um modo de perceber, classificar e explicar a dita realidade, bem como oferecendo inteligibilidade e indicando os tipos de intervenção

sobre suas propriedades e possibilidades. De acordo com Suárez (2000), suas funções de domínio e de poder se ligam a essas propriedades e possibilidades porque, dependendo do campo em que algo ou alguém seja situado, é-lhe concedida autonomia, história e mudança ou, ao contrário, lhe serão atribuídas subordinação e imutabilidade. Desse modo, corpo e sexualidade passam a ser naturalizados como objetos fixos, assim como a mulher era emoldurada na matriz precedente. Corpo e sexualidade continuam sendo vistos sem suas histórias, seus movimentos, suas pluralidades entre mulheres e homens, em suas diferenças étnicas, raciais, geracionais, de classe, regionais, dentre outras.

A maneira como os homens e as mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que os ensina a agir conforme as prescrições e as normas sociais e de gênero que foram/são estabelecidas como determinantes e hegemônicas. Há uma expectativa social e de gênero em relação às maneiras como os homens e as mulheres devem atuar nos espaços privados e públicos: seja no vestir, no andar, no mostrar o corpo, na prática da sexualidade, no exercício dos cuidados, no gasto e na administração do dinheiro, no lazer, no modo de ingerir bebidas, dentre outras.

No senso comum, as diferenças de gênero são interpretadas como se fossem naturais e determinadas pelos corpos. As ciências sociais, por sua vez, que têm como objeto de estudo as relações coletivas entre os grupos humanos, postulam que essas diferenças são social, histórica e culturalmente construídas. Isso significa dizer que não existe um padrão universal para comportamentos de homens e mulheres, sejam eles sociais, sexuais ou de gênero, que possa ser considerado o mais correto, o mais normal ou superior, pois são homens e mulheres pertencentes a distintas sociedades, diversos tempos históricos e contextos culturais que estabelecem os modos específicos de classificação e de convivência social.

Desse modo, o conceito de gênero constitui-se no instrumento analítico que possibilita a construção de um olhar atento a determinados processos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino, gerando hierarquias. A mobilidade da categoria de gênero, ao contrário, também possibilitou estudar uma série de outros fenômenos e temáticas associados à violência, à esfera do trabalho, à condição de classe, racial e étnica, à sexualidade, dentre outros. O impacto de novos temas, que aparecem nas últimas décadas, em função da perspectiva de gênero relaciona-se a novos comportamentos e a outros olhares. Assim, na cena pública, a condição de gênero e a identidade social dos travestis não condizem com os padrões esperados do seu sexo biológico. Vivem a partir de sua escolha de gênero como pessoas. Em outras palavras, os travestis e os transexuais identificam-se com uma condição de gênero diversa daquela que lhe foi designada desde o nascimento, embora a maioria

dessas pessoas ainda seja vista pela sociedade, pela medicina, pelo aparato policial e jurídico como “desviantes” em relação às normas de gênero.

Ao escolher analisar apenas o aspecto de gênero, ignorando outros participantes da formação da identidade, congela-se, fixa-se e isola-se o sujeito dos contextos em que se insere. Cada contexto deve ser analisado de forma integrada, por atuar de forma simultânea e correlacionada com outros aspectos que determinam a identidade das pessoas. Ao não se considerar marcadores como os de raça e classe, por exemplo, eram apagadas diferenças de identidade fundamentais. A exclusão desses recortes permitiu sustentar o falso pressuposto de que existiria, realmente, algo que “caracterizasse” a totalidade das mulheres. Isso conduziu a velhas ciladas: à nova tendência a essencializar, que é tão debatida e desqualificada pela literatura feminista. Ainda se estava operando no modelo da teoria tradicional de sujeito como algo universal: agora não o humano geral, mas o feminino e o masculino.

Em suma, os primeiros estudos de gênero, inseridos no modelo de influência cultural, partiram da premissa de que o corpo anátomo-fisiológico seria uma espécie de substrato vazio ao qual a cultura se superpõe, alterando, modelando, conformando o impulso ou pulsão sexual à sua maneira, uma vez que a sexualidade de machos e fêmeas seria universal e biologicamente determinada. Por sua vez, nos estudos feitos com base em outras perspectivas de teorias e epistemologias construtivistas e/ou *queer*, o domínio do sexual, do erótico ou das sensações do corpo é efeito de elaborações socioculturais. Nesse sentido, é importante identificar as mediações, os vínculos que, em cada momento histórico e em cada grupo social, definem o que seja sexual e de que modo tal significado se articula com as classificações de gênero. Não há, portanto, algo inerente à fisiologia ou à psique humanas que possa ser considerado um substrato, uma essência universal sobre a qual a socialização e a cultura operam, privilegiando-se o pressuposto da radical arbitrariedade do que venha a ser sexual.

Desse modo, podem-se mencionar diferentes e interrelacionados níveis na constituição da pessoa, que constroem, qualificam, tornam perceptível seu gênero. O fundamental nesse enfoque é seu caráter não essencializador, desnaturalizador, dessubstancializador. Isso quer dizer que o horizonte da natureza não é considerado determinante do que se entende numa determinada tradição sociocultural por homem e mulher, masculino e feminino, assim como as expectativas de comportamento relativas à orientação sexual, à atitude erótica e aos papéis sociais desempenhados não estão presas a um plano biológico, mas se erigem das interações da cultura, da socialização e dos desejos individuais, conforme mencionado anteriormente.

Há a possibilidade de se apreender gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, de

saúde mental, linguísticas, domésticas, jurídicas, dentre outras, que produzem permanentemente corpos-homens e corpos-mulheres, bem como sentidos identitários (LAURETIS, 1987). Afinal, uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade como uma matriz que conferirá sentido e realidade às diferenças genitais consiste em cultivar a ideia e as práticas de que os corpos estão classificados em dois sexos diferentes, complementares, hierarquizados entre si, com aparências e disposições heterossexuais “naturais”. Por meio das reiterações contínuas, realizadas mediante interpretações das normas, os gêneros são incorporados performativamente nos corpos. O gênero adquire vida nos sinais, nos textos, nos gestos, nos sentimentos, nas roupas que os corpos exibem, enfim, em uma estilística definida como apropriada, estabilizando, dando visibilidade e a falsa ideia de naturalidade ao corpo. Nesse processo, certos códigos ganham a força da naturalização por referendarem o binarismo; outros são sistematicamente rechaçados, reprovados, marginalizados até mesmo como forma de salientar os códigos hegemônicos.

Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade também se liberam para compor múltiplos arranjos fora do referente binário dos corpos. Desfaz-se da correspondência “corpo=natureza”, mostrando-nos o corpo como resultado de investimentos socioeconômicos e históricos complexos, sutis e produtores de corpos sexuais. A materialidade do corpo deve ser vista como efeito de um poder, e o sexo não deve ser considerado como fixado no imutável, no já dado biológico. Sexo é a referência privilegiada na sociedade moderna ocidental pela qual ganhamos a primeira existência social e constituímos nossa subjetividade, tendo nosso corpo qualificado para a vida no interior do domínio da inteligibilidade. Em contraposição, as articulações que se mostram fora dessa correspondência direta de sexo com gênero são vistas, pelo biopoder tão onipotente entre nós, como desviantes e aberrações.

É significativo, portanto, que a perspectiva inter e transdisciplinar dos estudos de gênero, que tratam sobre a subalternidade no mundo contemporâneo a partir dos anos 1990, tomam a hierarquia de gênero, a subordinação feminina como um protótipo a partir do qual se pode compreender melhor o fenômeno do poder e da sujeição nas sociedades em geral. É uma marca atual o fato de que linhas das ciências sociais, da filosofia, da literatura comparada, da psicanálise e das ciências políticas, por exemplo, passaram a ver no gênero uma abertura para se entender e formular os processos inerentes a todo tipo de subordinação. Autoras consideradas paradigmáticas na encruzilhada dessas áreas e abordagens são, entre outras, Gayatri Spivak (1988 e 1990) e Judith Butler (1993 e 1997).

A ideia de uma experiência de sujeito unificada e coesa é tratada em muitos dos estudos dessas duas autoras sob a rubrica de “sujeito cartesiano”, em

referência ao filósofo Descartes, que teria inaugurado essa visão no pensamento ocidental com a concepção do *cogito, ergo sum* – “Penso, logo existo” –, significando que o sujeito pensante, reflexivo e racional seria o lócus da subjetividade por excelência, contido no corpo individual. Essa noção de sujeito está sob o ataque de diversas frentes, não só do feminismo. A questão da diferença no interior de categorias de identidade (em oposição à ideia de identidade como unificadora da experiência e da subjetividade de sujeitos) é colocada como política e analiticamente frutífera por essas correntes, que se inspiram em filósofos críticos do Humanismo, como Foucault e Nietzsche. Essa posição tem como pressuposto teórico um não essencialismo, ou uma recusa de uma metafísica da substância (BUTLER, 1990), de quaisquer referentes fixos e imutáveis que sirvam de base para a sustentação ou a elaboração de “identidades”, uma vez que estas são vistas, hoje, por pensamentos críticos como construções sociais.

A chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência teórica que davam aos indivíduos uma pseudo-ancoragem estável no mundo social (HALL, 1997; GIDDENS, 1991). O sujeito contemporâneo não possui uma identidade fixa, seja ela imanente como a noção de sexo biológico ou apoiada em processos de estruturação social. Diferentes identidades são assumidas em diferentes momentos, não se unificando ao redor de uma concepção de “eu” coerente, tal qual o “eu mulher”. Por ser o indivíduo, na verdade, fragmentado, seu sentido de identificação está constantemente sendo deslocado e sua identidade constituindo-se permanentemente no plano político. Isso ocorre num momento histórico no qual se multiplicam sistemas de significação e representação cultural. O sujeito assim confrontado com uma multiplicidade de referenciais de identidades possíveis perde segurança existencial, pois há uma gama de identidades que poderia lhe servir, pelo menos circunstancialmente.

Gênero como categoria transversal e sua aplicação em políticas públicas

As relações de gênero são constitutivas de toda a vida humana. São, portanto, originadas em todas as cenas sociais, incluindo aqueles contextos em que convivem somente homens ou somente mulheres, pois conformam o primeiro mapa cognitivo que organiza o campo social e os comportamentos. Nesse sentido, a ação humana é pautada pelo gênero como primeiro organizador da vida social. Resulta daí o caráter estruturante das relações de gênero nas atividades sociais em geral. Sendo estruturante e condicionante de toda ação e intervenção, a perspectiva de gênero deve ser colocada no epicentro da produção da teoria social de toda e qualquer ação ou política.

Se a perspectiva de gênero é constitutiva, está embutida nos elementos conceituais que norteiam as estratégias de implantação e gestão de um projeto ou programa de uma política pública. Pode servir tanto para a manutenção do *status quo* como para a mudança, dependendo de qual perspectiva de gênero se parta. Dizer que existem aspectos, áreas do conhecimento e da ação humana desprovidas da condição de gênero, ou melhor, neutra é uma falácia. Gênero perpassa todas as ações e instâncias da vida. “É estrutural e não um acessório, um agregado, um aspecto particular face ao geral que pode ou não ser introduzido à análise geral” (SEGATO; KÜCHEMANN, 2010, p. 6).

Nas primeiras Conferências Mundiais de Mulheres (México, 1975; Nairóbi, 1985) os Estados Nacionais assumiram vários compromissos para enfrentar a desigualdade de gênero. Contudo, a incorporação das reivindicações das mulheres nas políticas, nos programas e nas ações governamentais foi efêmera. Somente na IV Conferência Mundial de Mulheres em Beijing (1995) o enfrentamento à desigualdade de gênero ganhou nova amplitude, mediante a estratégia denominada *gender mainstreaming*, mais conhecida como transversalidade de gênero. Essa estratégia consiste, basicamente, na “reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo do *gender mainstreaming* é incorporar a perspectiva das relações existentes entre os sexos em todos os processos de decisão e fazer que todos os processos de decisão sejam úteis à igualdade de oportunidades” (STIEGLER, 2003, p. 7).

Como não existe nenhuma norma, regra ou política que seja neutra quanto à condição de gênero, este deve ser entendido como uma categoria transversal, ou seja, uma categoria que perpassa todas as fases de um projeto ou de uma política. Porém, convém lembrar que a condição de transversalidade da categoria de gênero não necessariamente representa ou significa a eliminação de hierarquias ou de desigualdades pré-existent nas dinâmicas sociais. Por si só a força da transversalidade nem sempre desarticula a dimensão estruturante da realidade social.

A Plataforma de Ação de Beijing (Beijing, 1995) afirmou e consolidou o conceito de transversalidade como uma estratégia básica para a promoção da equidade, conclamando os governos nacionais, de forma imperativa e vinculante, a adotarem essa estratégia na legislação, nos projetos, nos programas e nas políticas públicas. Para os governos, a transversalidade de gênero passou a significar a incorporação da categoria gênero não apenas em um ministério ou uma secretaria de atuação na área das mulheres, mas de considerá-la em todas as políticas públicas propostas pelo Estado, ou seja, “as ações políticas com especificidade de gênero devem vincular-se e relacionar-se com todas as áreas das ações governamentais e devem questionar a ideia de que existem áreas nas políticas públicas as quais estariam desvinculadas – ou se consideram neutras

– em relação à condição de gênero“ (BANDEIRA, 2005, p. 10). Assim, desde os anos 1990, tanto os governos nacionais como importantes agências da cooperação internacional, tais como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), Canadian International Development Agency (CIDA) e Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ), têm se empenhado em transversalizar a condição de gênero em sua pauta de programas, projetos e ações. No entanto, apesar de a perspectiva de transversalidade de gênero partir da exigência de que a condição de gênero seja vista como intrínseca a toda e qualquer análise e de que faça parte da lista dos quesitos a serem considerados na pauta de avaliação de todos os projetos, sua eficácia ainda deixa a desejar.

Como principal entrave dessa abordagem é que boa parte das políticas públicas não considera a condição de gênero como estruturadora do campo das relações sociais e dos comportamentos humanos, mas como um acessório opcional das ações dos indivíduos, portanto um aspecto particular, um aditivo que pode ou não ser incorporado à análise geral. Assim, gênero, como categoria a ser transversalizada, é considerado apenas ocasionalmente, dependendo do critério pessoal e da compreensão daqueles que desenham projetos e ações governamentais. “Na desigualdade entre o universal e o particular, entre os temas de interesse geral e os de interesse parcial e acessório reside a hierarquia que o discurso igualitário da modernidade, com seu preceito de cidadania, oculta” (SEGATO; KÜCHEMANN, 2010, p. 7). Segundo as autoras, “essa hierarquia passa despercebida porque se considera que o sujeito que fala a partir da posição universal tem a capacidade de representar todos os sujeitos, e que os sujeitos não universalizáveis representam preocupações e temas particulares, específicos e, portanto, de segunda magnitude” (SEGATO; KÜCHEMANN, 2010, p. 7).

Considerações finais

A classificação de gênero como aspecto particular em face dos ditames das ditas verdades universais, postuladas pelo regime institucional dos Estados modernos, tem resultado na inclusão da categoria gênero como mero agregado, acessório e opção das ações e intervenções de governos e políticas públicas. Assim, acaba se distorcendo a estratégia de transversalização de gênero, defendida e imputada pelos movimentos feministas e de mulheres, de cunho acadêmico e militante, bem como a banalizando como um simples artifício para se dar uma pseudoimpressão de que está sendo considerada em sua plenitude.

Do mesmo modo, acaba-se por inserir a categoria gênero nas teorias sociais, que não possuem uma formulação crítica feminista de base, de modo secundário, tornando-a um mero complemento de tradicionais objetos de es-

tudo. Por exemplo, registra-se o grande número de investigações dentro de temáticas, tais como: trabalho e gênero, violência e gênero, pensamento social e gênero, religião e gênero, meio ambiente e gênero, educação e gênero, dentre outras. Contudo, a aproximação de gênero a esses campos clássicos pode se tornar apenas uma leitura superficial de dinâmicas sociais entre grupos com identidade sexual pré-estabelecidas pelos parâmetros heteronormativos e nos parâmetros fundadores de uma ciência eurocêntrica, branca e androcêntrica – justamente aqueles parâmetros questionados pelo lançamento da própria categoria gênero em sua formulação inicial.

Em suma, a proposição e a junção de áreas temáticas clássicas das ciências sociais e humanas com a perspectiva de gênero devem ocorrer de modo profundo e transversal ao redor das interseções dos campos de conhecimento. Desse modo, estará sempre aberta a possibilidade de se reformular novos conceitos, novas metodologias de pesquisa, novas *epistemes* e de se produzir reflexões e intervenções permanentemente autocríticas e distintas daquelas consideradas mantenedoras do *status quo* e da desigualdade de gênero nas ciências voltadas para o ser humano e para a sociedade.

Referências

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres**: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: Cepal/SPM, 2005.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete P. **Tempos e memórias**: movimento feminista no Brasil. Brasília: SPM, 2010.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York and London: Routledge, 1990.

_____. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. New York and London: Routledge, 1993.

_____. **The psychic life of power**: theories in subjection. Stanford: Stanford University Press, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GROSSI, Miriam P. Gênero, sexo e reprodução. In: MARTINS, Carlos B. (Coord.). **Horizonte das ciências sociais no Brasil**: antropologia. São Paulo: Anpocs, 2010.

HALL, Stuart. **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage, 1997.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Editions Morata, 1996.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: Anpocs, 1999.

HURTIG, Marie-Claude; PICHEVIN, Marie-France. **La différence des sexes**: questions de psychologie. Paris: Tierce Science, 1986.

KERGOAT, Danièle. A propos des rapports sociaux de sexe. **Revue M. Le Féminisme a Llieure des Choix**, Paris, p. 53-54, 1992.

LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender**: essays on theory, film, and fiction. (theories of representation and difference). Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa gênero? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 711-724, set.-dez. 2006.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo. **Série Antropologia**, Brasília, v. 284, p. 1-19, 2000.

_____. Violência e violências: Brasil e Brasília. O que fazer? **Informativo do Centro Cultural de Brasília**, Brasília, v. 3, p. 5-9, 2003.

MATHIEU, Nicole-Claude. **L'anatomie politique**: catégorisations et idéologies du sexe. Paris: Ed. Côté-femmes, 1991.

ORTNER, Sherry. Está a mulher à natureza assim como o homem para a cultura? In: ROSALDO, Michelle; LAMPHIERE, Louise. **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusp, 2005.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the “political economy” of sex. In: REITER, Rayna (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

SCOTT, Joan Scott. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989.

SEGATO, Rita Laura; KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. Análise de gênero e elaboração de uma proposta para a estratégia de gênero do Programa da Cooperação Técnica Alemã para a Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais. Brasília: GIZ, 2010. Mimeografado.

SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 8. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 143-148.

SPIVAK, Gayatri. **Selected Subaltern Studies**. Oxford: Oxford University Press, 1988. Edited with Ranajit Guha.

_____. **The post-colonial critic**. Harvard: Harvard University Press, 1990.

STIEGLER, Barbara. **Gênero, poder y política**. Bonn/Alemanha: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2003.

SUÁREZ, Mireya. Gênero: uma palavra para deconstruir ideias e um conceito empírico e analítico. In: SILVA, Kelly (Org.). **Gênero no mundo do trabalho**. Trabalho apresentado no I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional – Fundo para Equidade de Gênero, 2000.